

SOCIEDADE CIVIL E ESTADO: A BELA E A FERA

Teresa Rocha de Marins¹

Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca – ENSP/FIOCRUZ

“Então, por que Gramsci? Precisamente porque, ao nos ensinar a compreender melhor o capitalismo do século XX, ele nos indicou também a necessidade de lutar contra essa formação econômico-social e nos sugeriu importantes meios para fazê-lo. [...] é bastante clara a tarefa que o autor dos Cadernos nos legou: a de reinventar um socialismo adequado ao século XXI.”
Carlos Nelson Coutinho, 2008.

Resumo

Com o intuito de não reproduzir uma visão maniqueísta, fazemos alusão ao ilustre casal do clássico dos contos de fadas para tratar de algumas características permeadas na esfera política estatal. Podemos tratar a sociedade civil com a Bela (que não é tão doce e meiga quanto pretende o nome), e a Fera como Estado, inspirados na malvadez do personagem, que afinal, não possui toda essa monstruosidade aparente. Assim, intencionalmente, tomaremos a visão do senso-comum sobre a relação entre o Estado e a sociedade civil, como exemplo da concepção explorada pela ficção de que o Belo é portador intrínseco do Bem, da Bondade, da Virtude, e a Fera do seu oposto – o Mal, o Vício, a Maldade. Ou seja, a Bela e a Fera da ficção funcionam como paradigma para pensar a relação entre Estado e sociedade civil, na visão do senso-comum, ocultando suas contradições, articulações de um complexo processo de disputa política, ou melhor, por um sentimento que ultrapassa as barreiras estereotipadas, podendo ambos exercer um poder hegemônico perante a sociedade. Desprezando qualquer forma de machismo (repressão) que venha achar a Fera mais forte que a Bela, ou de preconceito (crendice), que coloca a Bela como sendo mais bondosa, destacamos que ambos possuem sua importância e atuação na vida política. Há, portanto, uma visão maniqueísta sobre a

¹ Assistente social da Secretaria Estadual de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro, e da Prefeitura Municipal de Rio Bonito/RJ, Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense / Pólo Universitário de Rio das Ostras – UFF/PURO, e pós-graduanda do Curso de Especialização em Promoção da Saúde e Desenvolvimento Social da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca / Fundação Oswaldo Cruz – ENSP/FIOCRUZ.

relação entre Estado e sociedade com a qual pretendemos romper nesse trabalho. O Estado não é a encarnação do mal, e a sociedade civil não é a bondade virtuosa das ações desinteressadas.

Para introduzir a esse trabalho algumas notas conceituais sobre Estado, hegemonia e sociedade civil, tivemos por base as obras do Professor Carlos Nelson Coutinho que, de forma clara e revigorada, trilha os caminhos do pensamento político de Gramsci. Assim, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica sobre tais conceitos, fruto da experiência de iniciação científica da autora no Grupo de Pesquisa Espaços Públicos, Construção Democrática, Cidadania e Serviço Social, e da produção do seu Trabalho de Conclusão de Curso, onde desenvolveu um estudo introdutório sobre Estado e sociedade civil.

Palavras-chave: Estado, sociedade civil e dialética.

Estado e sociedade civil: uma relação dialógica com os interesses de classe

Podemos constatar inicialmente, em Coutinho (1996), que o foco da atenção de Gramsci é a política, assumindo uma centralidade que demanda um constante recurso à totalidade, por conceber a política como parte da totalidade social. Diferente de outras correntes da teoria crítica de Marx, Gramsci não aprofunda a questão econômica, porém, ele se baseia num campo de conhecimento da sociedade burguesa que já estava colocado por Marx, pois Gramsci parte da economia para discutir política. Segundo Coutinho (2007), assim como a teoria crítica da economia política está para Marx estritamente relacionada ao capital como relação social, para Gramsci a relação entre ‘governantes e governados’ é fator determinante para a explicação da sua teoria crítica da política.

A postura diferenciada do pensador marxista em relação à política é notória desde sua juventude, quando ingressava no PSI (Partido Socialista Italiano), onde apesar de concordar com o posicionamento radical do maximalismo², discordava do discurso vazio

² “O maximalismo é uma concepção fatalista e mecanicista da doutrina de Marx.” (COUTINHO, 2007, p. 56). No direcionamento dessa concepção, as ações de mediação eram inúteis, e a revolução só seria alcançada a partir do dia em que a massa se determinasse a contrariar a ‘situação objetiva’ que lhes oprime.

frente à passividade das ações inexistentes do partido. Para o jovem sardo³, era um equívoco aguardar de mãos atadas pelo dia da revolução. E ao entender que:

“[...] toda revolução foi precedida por um intenso trabalho de crítica, de penetração cultural, de permeação das idéias em grupos de homens antes refratários e que só pensavam resolver dia a dia, hora a hora, por si mesmos, seus próprios problemas econômicos e políticos” (apud, COUTINHO, 2007, p. 18),

Gramsci reforça que a batalha das idéias, a disputa ideológica, é fundante para a frente de luta operária, pois a luta pela hegemonia perpassa não somente às reformas política e econômica, como também às reformas intelectual e moral.

Pode-se dizer que é no cárcere que Gramsci chega a sua maturidade intelectual. Seus escritos irão apresentar mais consistência teórica, conseguindo superar a sistematização dos elementos concretos contidos em suas obras anteriores. Sempre irrigados pelo método dialético histórico-materialista – característica típica do autor italiano – os ‘Cadernos’ atingem um equilíbrio entre as questões concretas do presente e sua dimensão histórica, ou seja, do objeto empírico (o momento sistemático) com o contexto histórico (momento histórico).

Gramsci afirma que as bases devem se prevalecer, no seu cotidiano político, de práticas democráticas para que a democracia prevaleça nos espaços públicos – como os conselhos. Porque a democracia é resultante de práticas rotineiras adotadas de forma democrática pelos sujeitos políticos. Na experiência das Comissões Internas (das fábricas), Gramsci propunha que para votar e ser votado nas eleições, o operário não precisaria ser sindicalizado, ampliando as possibilidades de participação de mais pessoas, ou seja, possibilitando um processo mais democrático. “[O sindicato] é parte integrante da sociedade capitalista, e tem uma função que é inerente ao regime da propriedade privada” (apud, COUTINHO, 2007, p. 31). Diferentemente, a idéia dos conselhos abrange a participação ao operariado, para que este possa atuar de forma direta a favor dos seus interesses de classe, para então passar da condição de assalariado para a de produtor. A idéia de autogestão incorporada pelos conselhos, comprovaria a inutilidade econômica dos empresários na produção das fábricas. Ficava claro que a luta da classe operária não podia se limitar a um espaço: o do Conselho de Fábrica, pois há “[...] a

³ Gramsci nasceu em 1891, numa das regiões mais pobres da Itália, na cidade de Sardenha. Verificar dados biográficos nos estudos de Carlos Nelson Coutinho, *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*, 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 7 - 23.

necessidade de fundar a tática e a estratégia da classe operária na análise concreta da situação nacional, única condição para colocar concretamente a questão das alianças, a questão da transformação da classe operária em classe dirigente e nacional.” (ibid., p. 39).

O método dialético, que se propõe Gramsci em suas análises, transcende ao determinismo econômico, compreendendo as contradições do movimento social, alavancado pelas mais diferentes vontades coletivas, é o que determina dado momento sócio-histórico. E de acordo com o método dialético, as mediações não podem ser descartadas. Com base em Lenin, Gramsci já dizia que “[...] para vencer nosso inimigo de classe, que é poderoso, que tem muitos meios e reservas a sua disposição, devemos aproveitar qualquer rusga em seu seio e devemos utilizar todo aliado possível, ainda que incerto, vacilante ou provisório.” (apud, COUTINHO, 2007, p. 56).

O sistema capitalista, profundamente contraditório, que se transforma e opera mudanças no sentido de manutenção e legitimação desse modo de vida, exige também formas de resistências estratégicas e aprimoradas para seu enfrentamento. Por isso Gramsci assume que o triunfo do proletariado não poderá se basear apenas pelo controle econômico (pelo controle da produção), que apontava a idéia dos conselhos de fábrica. Também é necessário um direcionamento político-cultural forte, no bojo das estratégias do proletariado, para sua conquista a longo alcance da posição de classe dirigente. “E para poder fazê-lo, a classe operária tem que conhecer o efetivo território nacional sobre o qual atua [...]” (COUTINHO, 2007, p. 65).

É sabido que para Gramsci a superação de uma dada hegemonia por uma nova, ocorre através da batalha das idéias, articulada por um processo ideológico que “[...] transcende o conhecimento e se liga diretamente com a ação voltada para influir no comportamento dos homens.” (ibid., p. 112). Ou seja, a ideologia nada mais é que a ‘filosofia da práxis’, que fundamenta toda ação crítica e teleológica do sujeito, uma vez que abre caminhos para a adequação de uma nova concepção de mundo.

Para analisar o conceito de sociedade civil, a teoria gramsciana, não se eximiu da ‘teoria ampliada do Estado’ de Marx, porém, a partir sua acepção, designa à mesma elementos mais aprofundados. Dito isso, com base no método do materialismo histórico, Gramsci também identifica o Estado como reprodutor e mantenedor da divisão da sociedade em classe.

Em Gramsci, a teoria ampliada do Estado é enriquecida pelos conceitos de sociedade civil, hegemonia e Estado, que minuciosamente o autor trabalha. Este último, transcendendo da sua concepção generalista de aparelho coercitivo (Estado-coerção),

segue como ‘equilíbrio entre sociedade política e sociedade civil’ – nos termos de Gramsci – de modo que sociedade política e sociedade civil se complementam na dominação de uma classe sobre as demais.

A sociedade política é o modo coercitivo com o qual o Estado regulamenta e rege toda sociedade, através de suas normas e aparatos institucionais que o auxiliam na normatização da vida social. Podemos citar como exemplo, as esferas de decisão, os parlamentos, que geram tais normas, e as instituições policial-militares, que controlam o cumprimento das mesmas sobre regime de punição.

“(…) as classes buscam exercer sua hegemonia, ou seja, buscam ganhar aliados para suas posições mediante a direção política e o consenso; por meio da sociedade política, ao contrário, as classes exercem sempre uma ditadura, ou, mais precisamente, uma dominação mediante a coerção.” (COUTINHO, 2006, p. 36).

Nessa relação dialética, também existem interesses da dominação de classe que atravessam a sociedade civil. No âmbito da sociedade civil, a dominação de classes, os interesses dominantes também são parte da construção da própria sociedade civil. Não existe um limite entre uma coisa e outra. Assim, verifica-se uma relação contraditória porque a sociedade civil também é atravessada por interesses dominantes. Não existe sociedade civil fora da discussão de classes sociais. O que chamamos de sociedade civil, não é uma coisa amorfa, mas é determinada por interesses de classes. A sociedade civil é, efetivamente, resultado das relações de classe. O apelo neoliberal a respeito da sociedade civil tenta desconstruir a idéia das classes fundamentais⁴. O membro da sociedade civil costuma aparecer nos espaços de representação como representante da cidadania, “um cidadão que representa o interesse do cidadão”. Mas de qual cidadão? A quais interesses está representando? Esses interesses têm determinação em interesses de classes.

A sociedade civil, entretanto, é representada por canais materializados em ‘organismos sociais coletivos’, autônomos do Estado-coerção, que de certa forma, são bases (alicerces) para a hegemonia. Seria como se as mais diversas ideologias fossem materializadas em aparatos onde são manifestadas as vontades dos sujeitos políticos, que não destoam dos interesses de classe.

⁴ A classe trabalhadora e a classe burguesa, as classes que fundam as relações do capitalismo.

“E é essa independência material – base da autonomia relativa assumida agora pela figura social da hegemonia – que funda ontologicamente a ‘sociedade civil’ como uma esfera específica, dotada de legalidade própria, funcionando como mediação necessária entre base econômica e o Estado em sentido estrito.” (COUTINHO, 1996, p. 55).

Daí a origem dos ‘aparelhos privados de hegemonia’, que nada mais são que a composição material da sociedade civil.⁵ Tais organismos que compõem a sociedade civil caracterizam-na por uma adesão voluntária e não coercitiva, mas que analisada sob o ponto de vista totalizante, o uso do termo “privado” não confere à sociedade civil um caráter tão privado assim, visto que os aparelhos privados de hegemonia “[...] têm uma indiscutível dimensão pública, na medida em que são parte integrante das *relações de poder* em dada sociedade.” (COUTINHO, 1996, p. 55).

Logo, o Estado, que está dividido entre sociedade política e sociedade civil, é direcionado pela forma que maior peso (consenso) possuir. Trata-se de uma correlação de forças, onde aquele que possui mais fatores favoráveis a sua causa, é que garante sua supremacia político-econômico-social. Podemos ousar em dizer que essa supremacia é direcionada pela ‘classe dirigente’, independente desta estar diretamente ou não poder, pois o direcionamento do Estado é determinado pelas suas superestruturas, pelos idéias que as regem. E para a classe trabalhadora enquanto classe nacional (e não corporativista) obter essa conquista, Gramsci substitui a ditadura do proletariado pelo conceito hegemonia, porque não basta estar no poder para garantir interesses de classe. Uma direção político-ideológica, uma superestrutura ideológica, são pré-requisitos para qualquer tipo de dominação, e uma vez consentidos através de uma reforma moral e intelectual do proletariado – uma reforma na cultura –, determinariam a luta da classe trabalhadora em substituição a maneira coercitiva de tomada do poder. Hegemonicamente o proletariado daria direção ao Estado, através do consenso, da persuasão, do consentimento, através de um processo de alianças, que se conquista com o diálogo. A ‘guerra de posições’, estratégia gramsciana para a conquista do Estado, pressupõe “[...] uma longa batalha pela hegemonia e pelo consenso no interior e através da sociedade civil, isto é, no interior do próprio Estado em seu sentido amplo”. (COUTINHO, 2007, p. 135). Neste sentido, a amplitude com que Gramsci delimita e aprofunda seus estudos sobre o Estado, resguardará a idéia de ‘transição como processo’. Tal processo, por sua vez, consistiria no progressivo desaparecimento do Estado-coerção,

⁵ “A sociedade civil gramsciana nada tem a ver com essa coisa amorfa que hoje chamam de ‘terceiro setor’, pretensamente situado para além do Estado e do mercado.” (COUTINHO, 2008, p. 195).

em substituição pela ascensão da sociedade civil, que em detrimento das formas coercitivas do arcaico Estado, reforçaria sua vanguarda ao ceder espaço à hegemonia e ao consenso.⁶ Com isso, a alienação da esfera pública, a distância entre governantes e governados, esgotar-se-ia, dando lugar a uma nova forma de gestão, que de fato rompesse com a fragmentação entre Estado e sociedade. Entretanto, não é no apogeu da sociedade civil⁷, como gestora do Estado, que acontecerá a gestão plena da classe trabalhadora, mas quando o sistema socialista, como transição ao comunismo, for capaz de gerar as formas de autogoverno. Como bem observa Coutinho (2007), o conceito de sociedade civil em Gramsci fornece indicações concretas para a construção do socialismo, além de colaborar com elementos teóricos para a teoria ‘clássica’ do fim do Estado.

“[...] para Gramsci, ‘Oriente’ e ‘Ocidente’ não são conceitos geográficos, mas indicam diferentes tipos de formação econômico-social, em função sobretudo do peso que neles possui a sociedade civil em relação ao Estado;” (ibid., p. 82). Tratam-se de dois pólos diferentes do globo terrestre, com particularidades na cultura, na história, na cronologia, etc. Nos últimos tempos, podemos observar o fenômeno de ‘ocidentalização’ se fortalecendo através de sua repercussão na formação social de ambos, ou seja, a efervescência da cultura ocidental no mundo inteiro. Motivo pelo qual o interesse em hegemonizar a cultura mundial se encontra cada vez mais em evidência, pois “[...] sem hegemonia, isto é, sem legitimidade, uma sociedade de tipo ‘ocidental’ não pode funcionar e regular normalmente [...]” (COUTINHO, 1996, p. 118). Essa mesma cultura reforça o socialismo como vilão, compreendendo o movimento socialista como ‘assalto revolucionário’. Mas a massificação do pensamento ocidental foi alicerçada pela ‘relação equilibrada’ entre Estado e sociedade civil⁸, que desvincula do bloco dominante a culpa pelas crises econômicas, por conseguinte, mantendo as relações desiguais de poder.

⁶ Esse processo é posterior à consolidação de uma nova classe dirigente, pois “um grupo social pode e mesmo deve ser dirigente [hegemônico] já antes de conquistar o poder governamental [...] já que – prossegue Gramsci – essa é uma das condições principais para a própria conquista do poder.” (apud COUTINHO, 2007, p. 134).

⁷ Trata-se de uma fase de transição, em que seu fortalecimento seja acentuado e deflagrado pelos interesses coletivos, para que, depois de travada a ‘reforma intelectual e moral’, sua extinção enquanto Estado seja a consequência exitosa da construção do socialismo.

⁸ A sociedade civil no Ocidente tem um papel determinante de persuasão das camadas populares, diferentemente da sociedade civil ‘primitiva e gelatinosa’ do Oriente.

Considerações finais

O nosso interesse no estudo do pensamento de Gramsci está estritamente ligado a forma com que este concebe a cultura, e a sua importância para uma transformação societária. Pois para ele, a cultura é um modo de pensar a realidade, como também um meio (um instrumento) de intervir nela de modo concreto. Sendo a luta pela hegemonia a estratégia gramsciana adotada para a transição para o socialismo, esta requer que os trabalhadores abandonem seus posicionamentos corporativistas, defensores de interesses particulares de determinadas categorias, para assumirem em sua agenda os interesses da classe trabalhadora como um todo – da ‘classe nacional’, como denomina Gramsci. Sabemos que existem questões particulares de determinados grupos, mas quando tratados como problemas da classe trabalhadora, reforça de maneira mais ampla e global a luta pela hegemonia, que é uma luta de classe, e não de grupos. A questão da hegemonia é centrada no ‘consenso das massas trabalhadoras’, ou seja, a preocupação em aglutinar a opinião da massa é essencial na consolidação de um processo hegemônico, onde a massificação da ideologia é o caminho. “A batalha das idéias – o diálogo e o confronto cultural – assume uma importância decisiva na luta pela hegemonia.” (ibid., p. 74) Contudo, torna-se fundamental a esse processo contagiar as massas, e um importante instrumento para isso, é a utilização das questões ideológicas recorrentes no seu dia a dia.

Reiteramos a importância do abandono ao corporativismo, à fragmentação da luta por interesses privados e particulares, pois para se tornar classe dirigente, a classe trabalhadora deve focar suas lutas no interesse geral dos trabalhadores, para que assim, de classe operária passe a ‘classe nacional’, mobilizando-se enquanto sujeitos políticos coletivos, aglutinando as massas nas lutas cotidianas, por conquistas de espaços, afim de superar toda opressão e desigualdade do capitalismo, por uma sociedade mais justa, fraterna e sem divisão de classe.

Referências Bibliográficas

ABREU, Haroldo. *Para além dos direitos: cidadania e hegemonia no mundo moderno*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e política. A dualidade de poderes e outros ensaios*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Cortez, 1996.

_____. *Intervenções: o marxismo na batalha das idéias*. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. 2ª Ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2008.

ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Disponível

em:<http://www.4shared.com/get/36245164/63c64efd/A_Origem_da_Familia_da_Propriedade_Privada_e_do_Estado_de_Engels.html>. Acesso em: 20 novembro 2008.

GRUPPI, Luciano. *Tudo começou com Maquiavel: As concepções de Estado em Marx, Lênin e Gramsci*. 5ª Ed. Porto Alegre - Rio Grande do Sul: L&PM Editores, 1985.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Feuerbach – A Contraposição entre as Cosmovisões Materialistas e Idealistas. São Paulo: Editora Martin Claret, 2007.

SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia*. 2ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.